

O casalzinho conversava no jardim em frente à casa da menina. Passava das 9 da noite daquela quinta-feira, dezembro de 2013 e o assunto era o vestibular. Ele, 19 anos, estudava duro para a segunda fase dos exames: queria ser advogado, defender a justiça, ajudar o país a ser mais equitativo e moderno na área jurídica. Entusiasmado, explicava à namoradinha os seus projetos; ela, no esplendor dos 17 anos, escutava encantada e feliz por compreender que o vestibulando compartilhava seus sonhos e a incluía neles. Eram duas almas se tocando, duas vidas se entrelaçando na esperança de participarem da construção de um mundo melhor.

Começou uma garoa fina, rala, e resolveram ir embora. Quando se preparavam para atravessar a rua, um carro parou de repente à beira da calçada, e antes que tivessem tempo de entender o que se passava, dois brutamontes os puxaram para o banco de trás e partiram em velocidade.

No matagal, o futuro defensor dos oprimidos foi torturado até a morte, sob olhar desesperado da menina que foi depois estuprada, esbofeteadada e por fim estrangulada por quatro marginais.

Seus corpos foram encontrados 2 dias depois, e a dor das famílias e amigos pode apenas ser imaginada. A imprensa não podia contar toda a tragédia, em nome da proteção dos direitos humanos...

Mas a polícia foi eficiente e em 3 dias prendeu os bandidos .

E, antes que a justiça cumprisse seu papel que levaria às grades aqueles bárbaros, as famílias foram chamadas para um diálogo com os mesmos. É que 3 anos antes fora publicado um decreto para garantir os direitos humanos, bastante extenso, tratando de mais de 500 assuntos, desde o acompanhamento editorial dos meios de comunicação, até a apuração de crimes ocorridos no regime militar; propunha proteger o idoso, combater as desigualdades salariais, limitava a exposição de símbolos religiosos em locais públicos e estabelecia que, quando uma propriedade rural fosse invadida, seriam feitas audiências públicas antes que um juiz, usando suas prerrogativas, concedesse liminar para reintegração de posse.

A enorme polêmica gerada pelo decreto foi transferida para dentro do Congresso Nacional que faria as leis implementadoras das intenções nele contidas. Era ano de eleições. E embora mais tarde alguns bodes fossem tirados da sala (especialmente para atender os procedentes reclamos de militares e da Igreja), os setores mais discriminados pelo despeito ou pelo pouco caso acabaram sendo prejudicados. E vieram reflexos piores, tirando dos juízes sua condição de arbitrar. Até mesmo o direito de propriedade, salvaguardado na Declaração de Direitos Humanos da ONU e pela nossa Constituição, ficou reduzido. E criminosos passaram a ter direitos parecidos aos de suas vítimas.

Com as leis que vieram no rastro do Decreto, aquelas pobres famílias, 3 anos depois, tiveram que se sentar frente aos alcoses de seus filhos para dialogar com eles , antes que o juiz os mandasse para a cadeia .

Preconceitos, idiosincrasias, ressentimentos, revanchismo e radicalismo nunca foram e nunca serão sementes do bom senso, do equilíbrio, da justiça, da democracia e da paz. Quem planta aquelas sementes, sem querer ou querendo, colhe frutos idênticos.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e Professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**